



Delegados na Plenária da Fenajufe aprovaram texto que critica medidas do Governo e aponta a necessidade de maior organização dos movimentos sociais para fazer negociação coletiva e lutar contra a perda de direitos

————— Páginas 4 e 5

## Plenária desencadeia mobilização para que servidores tenham Carreira

### Aposta nas ciclovias ainda é tímida em Florianópolis

Servidores como Carlito Andrade (foto) enfrentam a falta de segurança quando circulam com bicicleta



————— Página 8

### JURÍDICO

#### Mais prazo para a Ação do IR

Servidores do TRT têm até 30 de abril para entregar documentos necessários e ingressar na Ação de Execução

————— Página 6

#### Reclamações a granel

Sindicato recebe dezenas de mensagens que apontam problemas no concurso público do TRT

————— Página 7





O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina.

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 – Florianópolis (SC).

Fone/Fax: (48) 222-4668.

Site: [www.sintrajusc.org.br](http://www.sintrajusc.org.br)

E-mail: [imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br)

Diretoria:

COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koiniski; Denise M.S. Zavarize

COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prateres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado).

COORDENADORES DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira.

COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Haygert (licenciada); Angela Albino (licenciada).

COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamigo.

COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza.

COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanus Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski

Produção: Míriam Santini de Abreu (8077/RS-JP)

Projeto Gráfico: Letra Editorial  
Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Grafinoorte Tiragem: 2.800 - As matérias e artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal.

Escreva para:

[imprensa@sintrajusc.org.br](mailto:imprensa@sintrajusc.org.br) (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 15 de cada mês.



Filiado à:



## EDITORIAL

# Função Comissionada não significa trabalhar além da jornada e, pior, não receber por isso

Ocupar Função Comissionada não obriga ninguém a trabalhar além da jornada. Dizer o óbvio às vezes parece estranho. É que para muitos colegas não é tão óbvio assim. Da mesma maneira que muitos ainda confundem Função Comissionada com Função de Confiança, um grande contingente de colegas, quando designados para ocupar FCs, anexa ao *plus* salarial, advindo da Função, uma carga horária injusta e ilegal.

Ao longo dos anos a insistência em, ao ocuparmos Funções Comissionadas, não mais cumprirmos a jornada de trabalho legal – que é do meio-dia às 19 horas – acabou por legitimar uma situação que vem em prejuízo da nossa própria saúde e de toda a categoria.

Ao regulamentar a compensação de sobrejornada através da Portaria 977, de 5 de dezembro de 2007, a Administração do TRT excluiu os ocupantes de FCs, tal-

vez por ter a certeza de que estes não reclamam e sempre trabalham fazendo jornada extra sem o devido pagamento ou compensação. Os colegas podem não reclamar, mas nós podemos e devemos, pois este é o papel do Sindicato.

O Sindicato, de 2006 até 2007, reuniu-se várias vezes com a Administração do TRT. A nossa luta era para que todo o trabalho além da jornada fosse reconhecido e que fosse instituído um sistema misto de pagamento e compensação para todos, com ou sem Função Comissionada. Quem trabalha além da jornada trabalha muito mais do que apenas uma hora por dia e, para nossa surpresa, a Portaria instituída cria apenas um banco de horas onde reconhece, para efeito de compensação, apenas uma hora diária.

Passa por aqui a nossa luta por negociação coletiva no serviço público. É inimaginável a implantação de um banco de horas

num Tribunal do Trabalho, de maneira unilateral, que se configure pior do que na iniciativa privada. Não há pagamento das horas extras com os devidos adicionais e assim surrupiam-se as horas excedentes. Antes não reconheciam nada, agora reconhecem uma hora apenas. Antes não pagavam nada, agora continuarão sem pagar.

No mesmo debate sobre pagamento e compensação fizemos um pedido para a implementação das trinta horas semanais, pedido este que passou ao largo e ficou sem resposta. Está na hora de voltarmos à carga para exigir o pagamento das horas a mais trabalhadas, com os devidos adicionais, revogação da Portaria 977 e abertura dos debates em outro patamar. Quem manda pagar horas extras tem que dar o exemplo.

*Robak Barros*  
*Coordenador Geral*

## AGENDA

**De abril a outubro**  
Encontros regionais sobre Plano de Carreira

**Maio**  
**Dias 23 e 24 - 1º**  
Encontro Regional Sul dos Agentes de Segurança, no Hotel Praia Mole Eco Village, em Florianópolis. Inscrições abertas. Veja mais informações na página 7 desta edição

**Junho**  
**Data a definir -**  
Seminário da Fenajufe sobre Saúde do Trabalhador, em Brasília

## DO LEITOR

### *Solidariedade*

*Ao ingressar na carreira pública, foi me definido o que seria o SINDICATO em sua essência, ou seja, associação que visa a defesa de seus membros, associação prevista na legislação brasileira para a representação de categoria profissional, enfim, reunião de pessoal com objetivos comuns. Pelo que me parece a palavra SOLIDARIEDADE tornou-se desconhecida neste sindicato quando, em seu exemplar de número 4, de 14 de março de 2008, apoiou tese na qual foi sugerida a criação de Gratifi-*

*cação de Atividade de Perícia na Justiça Federal para os servidores – Analistas e Técnicos Judiciários – que exercerem atividades relacionadas às perícias apresentadas nos processos judiciais. Ora, entendendo que no atual contexto toda a classe dos Técnicos Judiciários merece mais atenção e solidariedade do nosso sindicato, pois está ficando à margem de muitas conquistas, ao invés de criar mais uma gratificação localizada, que beneficie poucos servidores.*

*Ricardo Brito Goulart*  
*Técnico Judiciário*

### *Resposta da Coordenação Geral do Sintrajusc*

*A tese de autoria do servidor Terushi Kawano foi apresentada respeitando todos os requisitos do regimento do Congresso da categoria, foi debatida pelos delegados e aprovada para envio para inclusão nos debates sobre carreira no I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira, que aconteceu em 28 de março de 2008. A publicação do resultado do Congresso, mais que um dever, é uma obrigação intrínseca à direção do Sindicato. Não pode, a simples publicação da tese, ser configurada como falta de solidariedade a nenhum segmento da categoria.*

 ENCONTRO DE COMUNICAÇÃO

# Transformar a sociedade ou garantir os ganhos?



Pochmann: "o enfrentamento se dá pelo conhecimento"

Os sindicatos querem transformar a sociedade ou conservar o que obtiveram no capitalismo e garantir mais benefícios? Essa foi uma das perguntas que Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e professor de Economia na Universidade de Campinas (SP), fez aos dirigentes e jornalistas sindicais que participaram do 4º Encontro Nacional de Comu-

nicação da Fenajufe. O evento foi realizado em Recife no dia 27 de março. Para ele, o desafio de longo prazo colocado aos sindicatos é ter a capacidade de inventar o futuro. Caso contrário, correm o risco de se transformar, aos olhos da sociedade, em mais uma organização não-governamental (ONG) qualquer. "Assim como, para a sociedade, há ONGs que defendem indígenas, os sindicatos defenderiam alguns grupos privilegiados de trabalhadores."

Pochmann listou três preocupações que devem estar na pauta dos sindicatos. A primeira delas é a gestão decente do recurso público, de todos os filiados, e a segunda a formação de pessoas. "O enfrentamento se dá pelo conhecimento", disse ele. A terceira preocupação é a disputa da opinião, e aí a comunicação é fundamental.

O economista falou sobre a campanha de redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, e

de 30 horas no Judiciário Federal. Na avaliação dele, esse debate está equivocado e deve ser aprofundado, porque hoje cada vez mais se trabalha fora do local de trabalho, através de tecnologias como a internet e o telefone celular.

Além disso, a campanha não avança na discussão sobre o que fazer do tempo não vendido da capacidade de trabalho. "Na mediocridade em que nos encontramos, a possibilidade de viver está mercantilizada, há uma redução dos espaços de sociabilidade, e muitas pessoas não sabem o que fazer no tempo livre."

Para o palestrante, a luta pela redução da jornada está sendo feita dentro da perspectiva da sociedade do consumo: ter jornada oficial menor para fazer hora extra ou buscar outro emprego. Trabalhar mais, ganhar mais. Isso mostra, na avaliação do economista, que continuamos discutindo as condições de trabalho ainda como herdeiros do capitalismo do século XX. Para

ele, há possibilidade técnica de organização do trabalho, com jornadas diárias de quatro horas em três dias da semana, com ingresso no mercado de trabalho somente a partir dos 25 anos de idade e educação continuada. Isso, porém, depende de luta. "Os sindicatos terão capacidade de tocar essas novas lutas?", perguntou.

O desafio, então, é saber separar a emergência do que é importante, e isso implica capacidade de analisar a realidade. "Há baixa capacidade, nos sindicatos, de compreender o que acontece dentro e fora do local de trabalho, onde há um crescimento brutal da produtividade, e não há pesquisa, reflexão e debate sobre isso."

Nesse sentido, para Pochmann, reconstituir o papel do servidor público e discutir a reforma do Estado, buscando formas de mobilizar os trabalhadores, são desafios colocados aos sindicatos.

 JURÍDICO

## Novas ações podem beneficiar servidor na ativa e aposentado

A assessoria jurídica do SINTRAJUSC ingressará na Justiça nos próximos dias com novas ações discutindo diversos direitos dos servidores. Um dos pedidos, que será realizado via requerimento administrativo, visa o reconhecimento do direito dos servidores ao reflexo da VPI (Vantagem Pessoal Inominada) sobre gratificação natalina e adicional de férias.

A VPI, por se tratar de vantagem pecuniária permanente, integra a remuneração, devendo também ser considerada quando é feito o pagamento das vantagens que adotam a remuneração como base de cálculo, caso do 13º e do terço de férias.

Outra ação que será interposta busca o reconhecimento da não-incidência do imposto de renda sobre os valores percebidos

como juros da URV e a consequente devolução dos mesmos, nos casos do desconto já ter sido realizado.

A assessoria jurídica também ajuizará ação visando a extensão da GAS (Gratificação de Atividade de Segurança) aos servidores aposentados e pensionistas, uma vez que o entendimento da Administração é de que tal vantagem só deve ser paga aos servidores da ativa. Todavia, há entendimento do STF de que gratificações genéricas concedidas aos ativos – como é o caso da GAS – são devidas aos aposentados, sem distinção.

Por fim, no decorrer do mês o Sindicato apresentará uma cartilha com diversas outras ações voltadas à categoria, com os devidos esclarecimentos sobre seus objetos e abrangências.

## Comissão irá avaliar forma de distribuição das FCs

O Sindicato abriu prazo até o dia 11 de abril para manifestação de servidores do TRT e da JF interessados em fazer parte da Comissão das FCs dos Oficiais de Justiça. A decisão foi aprovada em Assembleia realizada no TRT e na JF nos dias 4 e 7 de abril. No debate, foi lembrado que as FCs viraram instrumento das chefias para levar os servidores a não entrar nas lutas da categoria e se calar sobre jornadas excessivas de trabalho que fazem no dia-a-dia.

Ficou decidido que se faça um estudo junto à Assessoria Econômica do Sindicato para saber o valor total das que ficarão em aberto com a consolidação do PCS3 e avaliar a possibilidade de ampliação das FCs reduzindo-lhes o valor. Para integrar a Comissão basta enviar e-mail para o Sindicato.

Outra tema tratado na Assembleia foi a Portaria 977, de 5 de dezembro de 2007, da Administração do TRT, que regulamenta a

compensação de sobrejornada via banco de horas. Na discussão, foi dito que o TRT, por onde passam, via ações judiciais, processos de descumprimento de jornada de trabalho, também a descumpra em relação aos seus servidores. Muitos deles, com FCs, se calam e trabalham bem mais do que uma hora a mais por dia, e não protestam contra tal situação.

Nas falas, servidores avaliaram que o Sindicato deve fazer essa luta de modo mais amplo, uma vez que não basta revogar a Portaria. A situação concreta continuará acontecendo no Tribunal. Foi decidido que: 1 – será solicitada a revogação da Portaria junto à Administração do TRT; 2 - será feita consulta à Assessoria Jurídica do Sindicato para ver a forma legal de discutir a questão; 3 - denúncia ao Ministério Público; 4 – luta mais ampla contra a exploração dos servidores com cobranças de jornada de trabalho além do que é legal.

## MAIS&amp;MAIS&amp;MAIS&amp;MAIS

No I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira, o assessor técnico da Câmara dos Deputados Flávio Tonelli disse que os servidores não podem iniciar as discussões sobre carreira apenas pensando em receber um salário maior, mas sim para discutir, entre outros pontos, possibilidades de valorização do servidor e também a qualificação na prestação do serviço público.

“A diferença entre Plano de Carreira e Plano de Cargos e Salários está na natureza ideológica. Carreira não é discutir chefia e subir na carreira não é virar chefe. Isso deve estar muito claro no debate que será feito”, afirmou Tonelli.

Em relação à ascensão funcional, ele afirmou que, para garantir que essa reivindicação dos servidores se torne realidade, as entidades do Judiciário Federal e MPU devem amadurecer e evoluir muito nos argumentos e ganhar legitimidade.

“É preciso discutir qual o sentido da carreira para o Estado, qual o sentido dela para a sociedade, o que a sociedade ganha com o fato de ter uma carreira para os servidores do Judiciário e MPU. Se nós não fizermos esse debate, nós não conquistaremos a legitimidade necessária para implementar um projeto de carreira efetivamente diferente do que já existe hoje”, afirmou.



Assembléia na Justiça Federal

## SEMINÁRIOS REGIONAIS

Em Assembléia realizada no TRT e na JF, foi aprovado que o SINTRAJUSC organize seminários regionais com o objetivo de discutir propostas para o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal.

O resultado desses seminários será levado para um evento estadual, a ser realizado provavelmente na primeira quinzena de setembro. Nos próximos dias será divulgado o calendário definitivo da atividade.

# Fórum nacional irá aprovar Plano de Carreira para o J

A Fenajufe aprofundará o debate sobre a Carreira Judiciária e Ministerial realizando uma reunião ampliada da diretoria, sem caráter deliberativo, entre os meses de junho/agosto de 2008. Esse é um dos trechos da resolução aprovada pelos delegados da XIV Plenária Nacional da Fenajufe, realizada em Recife, com 130 delegados e 46 observadores.

Na reunião ampliada serão recolhidas e debatidas as propostas apresentadas pelos sindicatos de base. Também será formado um Grupo de Trabalho para sistematizar as contribuições da categoria e elaborar uma proposta de Plano de Carreira, que será discutida e aprovada em um fórum nacional de ca-



Plenária aprovou luta contra projeto que cria a Previdência Complementar

ráter deliberativo, previsto para ocorrer em novembro deste ano. A Fenajufe também divulgará todas as

propostas apresentadas na Plenária para subsidiar o debate em nível nacional.

## Valorização do servidor depende da possibilidade de

Medida, considerada fundamental para avanço na Carreira, depende de mudança na Con

O principal momento do I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira, realizado no dia 28 de março em Recife, foi o painel que discutiu as perspectivas para a elaboração do Plano de Carreira para os servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União. O debate foi subsidiado pelas palestras do coordenador do Sintrajud/SP Démerison Dias e dos coordenadores da Fenajufe Roberto Policarpo, Ramiro López e José Moraes Júnior.

Dias fez um histórico das várias etapas que culminaram na elaboração e reestruturação dos Planos de Cargos e Salários da categoria. O debate de Carreira no Judiciário começou em 1989, com o envio do projeto 4212 ao Supremo Tribunal Federal, mas foi em 1995 que outra proposta virou o substitutivo, do então deputado Paulo Rocha, ao projeto 4212. “É um resgate interessante pra gente fazer, até para entender o que foi discutido naquela época. Em 1991 aconteceram os debates nos Estados e em 95 nós pegamos as propostas discutidas, fizemos um cotejamento, que virou o substitutivo ao projeto 4212”, lembrou Dias.

Esse histórico, segundo ele, mostra que a categoria está habilita-

da para fazer o debate sobre Carreira. “Essa categoria não aprovaria três planos de cargos e salários se ela não tivesse o acúmulo”, disse. O sindicalista citou alguns pontos que precisam ser pautados no processo de elaboração da proposta de Plano de Carreira, como jornada de 6 horas, desvio de função, ascensão funcional, desenvolvimento na carreira e funções comissionadas.

## Diretrizes

Ramiro afirmou que o I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira é apenas o início de um trabalho, em nível nacional, que definirá as diretrizes que devem nortear a construção do Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal e MPU. A expectativa da Fenajufe, segundo Ramiro, é finalizar o debate, com uma proposta elaborada pela categoria, até novembro deste ano. “Eu acho que esse processo de discussão vai expressar, nas nossas escolhas, o modelo de Estados que a gente pretende. A gente precisa ter essa discussão como ponto central de partida”, avaliou. Para Ramiro, não é possível falar em carreira sem tratar da ascensão

funcional, um debate que, na sua avaliação, será polêmico. “Nós precisamos fazer uma discussão bem aprofundada para definir qual é a nossa posição quanto à ascensão funcional. Minha posição é que não é possível avançar na carreira sem que tenhamos a ascensão funcional, mas a gente tem que amadurecer a nossa posição”.

Outros pontos que merecem atenção, avaliou o coordenador da Fenajufe, são ocupação das chefias nos tribunais, jornada de 6 horas, acesso às funções comissionadas, democratização do Judiciário, cargos de provimento isolado, atribuições e paridade entre ativos e aposentados. “Para nós é fundamental fazer a discussão da carreira sem perder de vista a paridade, que é uma luta antiga da categoria”.

## Prioridades

José Moraes Júnior, coordenador de comunicação da Fenajufe, fez sua palestra baseada na monografia *Perspectiva para a Elaboração de um Plano de Carreiras para o Judiciário Federal e MPU*, defendida por ele no curso de especialização e Gestão Pública. Moraes acre-

# Ar proposta de Judiciário

## Outras decisões

- 1-Fazer debate sobre a revogação da Reforma da Previdência, implementada em 2004, e criar um fórum para lutar e derrotar a proposta de Previdência Complementar, a partir da unidade dos trabalhadores do setor público. O texto da resolução aprovada defende que os servidores do Judiciário Federal e MPU lutem para combater o PL 1992/07, que cria a Previdência Complementar através de fundos de pensão de natureza híbrida, e que atinge principalmente os novos servidores públicos
- 2-Ampliar a campanha contra o assédio moral no Judiciário Federal e no MPU
- 3-Combater o PLP 01/06, que limi-

ta, por dez anos, os gastos com os servidores públicos federais

4-Lutar pela aprovação do Projeto de Lei nº 319/07, que altera dispositivos da Lei 11.416/06 (PCS3). Além do PL 319, o Plano de Lutas também afirma que a Fenajufe deve acompanhar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/07, que estabelece critérios para realização de concurso interno para ascensão funcional na Administração Pública

5-Retirada do PLP 92/07, que cria as fundações estatais/privadas

6-Restauração imediata da paridade entre ativos e aposentados

7-Repúdio ao PLP 248/98, que permite a dispensa do servidor por insuficiência de desempenho

## e ascensão funcional

### stituição e de discussão sobre o papel do Estado

dita que é fundamental que o debate dos servidores do Judiciário e MPU responda “por que e para que precisamos de um plano de carreira”. “Além de responder essa questão, nós precisamos responder o desafio que foi colocado para esta mesa: “quais as perspectivas, sob a nossa ótica, para a elaboração de planos de carreira”.

Para Moraes, é inconcebível imaginar uma Carreira que não seja vertical. Ou seja, é preciso pensar numa Carreira que permita que o servidor, dentro do setor público, possa ascender e ter suas potencialidades aproveitadas. Para que isso seja possível, ele apresentou algumas premissas que precisam ser avaliadas, como a progressão funcional nos marcos do concurso externo de provas e títulos. “A experiência da capacitação profissional, adquirida pelo servidor no transcorrer do tempo de serviço, seria revertida em título numa prova de concurso público. Então você concorreria com todo mundo, mas a sua experiência de tempo de serviço ajudaria na pontuação da prova.” Moraes também apresentou um roteiro de prioridades para o debate e a elaboração do Plano de Carreira, que são jornada

de 6 horas, fim das terceirizações e o papel do cargo de livre provimento.

## Conquistas

Roberto Policarpo reafirmou o posicionamento do 6º Congrejupe, realizado em Gramado em 2007, de que a luta agora é pela construção da Carreira e, para isso, citou alguns pressupostos que devem ser discutidos pelos servidores, como necessidade de Estado forte; mudança no papel das instituições públicas e seus servidores; formação e capacitação; e gestão mais flexível. Ao lembrar que o PCS 3 foi o plano mais debatido pela categoria, ele reforçou que para garantir um Plano de Carreira que realmente atenda aos interesses dos servidores, será necessário empenho ainda maior por parte da Fenajufe e dos sindicatos de base.

Policarpo encerrou sua palestra explicando os quatro desafios para o debate sobre Carreira, como ascensão funcional; redução das funções comissionadas e das CJs; vinculação das FCs e CJs ao grau de responsabilidade e complexidade do trabalho; e gestão compartilhada. (Com informações da Fenajufe)

## Governo apresenta propostas com visão de mercado

As experiências de outras entidades do serviço público federal foram mostradas no I Encontro Nacional da Fenajufe sobre Plano de Carreira. Agostinho Beghelli Filho, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) disse que um problema tido como sério é a visão de mercado dentro do funcionalismo público. “Exemplos de propostas governamentais para precarizar nosso setor não faltam. Gratificações passaram a ser parte significativa do salário. Elas são produtivistas e ruins para a aposentadoria”, afirmou.

Segundo Beghelli, só a luta dos servidores pode garantir uma Carreira estruturada com valorização da progressão e da avaliação dos servidores, mas não nos moldes das tentativas propostas pelo Governo. “Defendemos, sim, a avaliação, mas feita a partir da possibilidade de qualificação. Não pensamos apenas na avaliação do indivíduo, e sim da instituição, feita pelo conjunto de pares envolvidos e pelos estudantes”.

Paulo Henrique Rodrigues dos Santos, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), fez um balanço da situação administrativa

na esfera federal desde o início do século passado. Para o dirigente, “o conceito de gestão pública permanece praticamente igual desde a Era Vargas. O Estado ainda não é voltado para a população. Qualquer debate sobre carreiras tem como precedente a questão do Estado”, defendeu.

## “Economicismo”

O terceiro palestrante, Pedro Armengol, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), disse que nos últimos 20 anos toda a discussão sobre Carreira acabou suplantada pelo tema econômico. “O ‘economicismo’ do Governo sempre atrapalhou qualquer aprofundamento”, afirmou. Segundo Armengol, a questão da Carreira deve ser abordada como instrumento de gestão e qualificação dos profissionais e do serviço prestado, tendo como norte para a evolução do problema a união do servidor: “Enquanto não tivermos a compreensão política de que precisamos nos unir para construir parâmetros gerais para nossa Carreira, não teremos força. Dessa forma o Estado vai continuar transferindo para a sociedade as suas responsabilidades”.



Delegados do SINTRAJUSC na plenária: Gerson de Macedo, Laercio Flavio Bonamigo, Miguel Inácio de Souza Neto, Adenir Lourdes Canônica Barbom e Paulo Roberto Konski (na foto), além de Caio Rubens Cruz Teixeira

## Outras lutas aprovadas na Plenária

- ✘ Contra o nepotismo em todo o serviço público
- ✘ Pela definição de uma política salarial que recomponha os salários e mantenha o poder de compra dos servidores
- ✘ Campanha pela jornada de trabalho de 6 horas, com turno de revezamento, para todos os servidores federais, sem redução de salário e dos benefícios
- ✘ Lutar pela paridade de vencimentos entre ativos e aposentados em todas as campanhas salariais, bem como lutar pela paridade dos pensionistas e dos aposentados por invalidez
- ✘ Pela valorização da remuneração do cargo efetivo com redução do número e valores das FCs e pela definição de critérios democráticos de sua ocupação

## Sindicato concede mais prazo para quem deseja ajuizar Execução

O SINTRAJUSC comunica aos interessados que a Diretoria resolveu conceder mais um prazo, até 30 de abril de 2008, para receber os últimos documentos necessários ao ajuizamento da Execução dos Processos Relativos ao Imposto de Renda de 1992 a 1993.

**É importante que os interessados enviem ao Sindicato a Autorização para ingresso na ação e a Ratificação da Procuração, conforme modelos dis-**

**poníveis na página do SINTRAJUSC.**

Os beneficiários dos grupos 57, 58, 61 e 62 já receberam seus créditos integrais, salvo alguns, cujos créditos superam os de pequeno valor, e outros, que têm complicações em suas condições pessoais (sucessões, separações etc).

Os beneficiários dos Grupo 58 receberam apenas pequena parte de seus créditos (cerca de um terço), a título de parcelas incon-

trovertas. O saldo só virá após a homologação dos cálculos finais.

Os beneficiários dos Grupos 01 a 55 têm novidades:

a) o Juízo da Execução determinou a requisição das parcelas incontroversas, que são pequenas, para recebimento em 60 dias, a partir da requisição.

b) a Receita Federal não apresentou, no prazo deferido pelo Juiz, os resumos das Declarações do Imposto de Renda

para possibilitar os cálculos corretos definitivos. O Juízo da Execução concedeu à Receita Federal mais um prazo de 15 dias. Enquanto isto, requisitam-se os pagamentos das parcelas incontroversas.

Nesta página está a relação dos que ainda não ajuizaram a ação. Esses servidores têm uma última oportunidade, até 30 de abril, para entregar os documentos.

Ademar Hildebrando Martins  
Adolfo Luiz Dias  
Aldino Augusto Pinto  
Alexandre Alcaraz da Silva  
Alexandre Flores Bellaguarda Júnior  
Ana Cristina Avaloni  
Ana Elisa Ferreira Schmidt  
Anníbal Hoeschl Abreu  
Antônio Carlos dos Santos  
Antonio Coelho Soares Júnior  
Augusto César Ramos  
Bem Hur Santos  
Carlos Augusto Kindlein  
Celso Pereira Alves  
Clarice Gontow  
Cláudia Lebarbenchon Bastos  
Cláudio Valentim Cristani  
Conrado César Ataídes De Souza  
Creusa Maria Lopes Azize  
Danillo Vasconcellos Bello  
Daura de Souza Moreira  
Édio Carlos Pereira  
Eliane Remus Cidreira  
Elias dos Santos  
Elizabeth dos Santos Provesi  
Enessi Luiz Marchesan  
Erna Eicholz  
Eugenio Luiz Carvalho Silva  
Fabio Andrades Gameriro  
Felipe João de Souza  
Fernando Alcaraz da Silva  
Geovani Carlos de Souza  
Geraldo Fernandes dos Santos  
Gilberto Destro  
Guilherme Eugenio Guedes Fortes  
Guilherme Ibarra Dobes  
Gunther Timm  
Gustavo Zimmer  
Helio Ricardo de Almeida Monteiro  
Hermann de Oliveira  
Ione Teresinha Rodrigues  
Irene Weihermann  
Irineu dos Santos Bernz  
Irineu Karasiak  
Jairo Machado Diniz

Jalmar Péricles Dias de Miranda  
Jane Evanir Sousa Borges  
Jayme Cecato  
João Bosco Rodrigues  
João Guilherme Spring  
João Mário Mello  
Joaquin Antonio Matos da Silva  
Joasir Benedito Sabino  
John Paul dos Santos Scott Hood  
José Eduardo Ferreira Ramos  
José Orlando May  
Josemar Belmont de Brito  
Juarez Albuquerque Blohen  
Juliano Tom  
Júlio Marion Ferreira Caldeira  
Kity Kunrath Tabach de Oliveira  
Laura Jane Pivato Carneiro  
Luciana de Carvalho Bastos  
Luciane Licht  
Luiz Eduardo Meirelles  
Luiz Roberto Foschi  
Manoel Silvano de Souza  
Mara Delminda de O. Lopes Antunes  
Mara Maria Viana  
Marcelo Vieira dos Santos  
Marcos Augusto Drehmer  
Marcos Leandro da Silva Funes  
Maria da Graça Carvalho  
Maria da Graça Streiski Ziareski  
Maria de Lourdes Nocetti Caparell  
Marília Etagens  
Marli Nerci da Rosa Fraccanab-  
bia  
Martha Rath Bohrer  
Maura Petronilda de Sousa Santos  
Mauri Dapena Perez  
Meri Frotscher  
Miriam Caparelli Ducker  
Murilo Rodrigues  
Nelson Dala Barba  
Nelson Ferreira Lima  
Neves Maria Feller  
Nilza Maria Vitoreti de Oliveira  
Niwaldo Pedro Gastardi

Norival Provesi  
Odair Florisbella Furtado  
Olímpio Valdemiro Pires  
Paulo Cesar da Gama  
Paulo Ciriaco Wohlke  
Paulo Cordeiro Mendonça  
Paulo Roberto Santos de Almeida  
Paulo Roberto Wohlke  
Pedro João de Souza Moreira  
Pedro José da Cunha Filho  
Ramiro Ribeiro Batista  
Regina Teixeira Peres  
Roberto Jasper Neto  
Rodrigo Calandra Martins  
Rosangela Correa  
Rosangela Maria Anselmo Souza  
Rubens Soberaski  
Salezio Staherling Júnior  
Sandra Maria Cardoso Lorenzi da  
Silva

Santolina Caetana Los Hoefelmann  
Sergio Pereira Mendes  
Silvana Pires Dornelles  
Sílvia Antunes Pereira  
Sílvia Custodio de Oliveira  
Simone Galan de Figueiredo  
Suely Filippetto  
Tania Barleta Basilio  
Tania Maria Rangel da Silva  
Teresa Cristina dos Santos Amaral  
Theresinha Bella Cruz Jasper  
Vera Annamarie Rodrigues  
Vitor Hugo Vieira Miguel  
Viviane Rigenbach  
Wilfried Antonio Weiehrmann  
Wladimir Juliano Treis  
Zilá Teresinha Santos Nunes

**AVISO IMPORTANTE: quem atuou como juiz classista no período de 1992 a 1993 e não era servidor do TRT não tem direito à ação, e pode ignorar o nome na lista.**

### AGENTES DE SEGURANÇA

#### Sindicatos promovem Encontro Regional

O SINTRAJUSC, o Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal no RS (SINTRAJUFE) e o Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e do TRE do PR (SINJUSPAR) estão organizando o 1º Encontro Regional Sul dos Agentes de Segurança, nos dias 23 e 24 de maio no Hotel Praia Mole Eco Village, em Florianópolis. A programação é a seguinte:

#### 23 de maio (sexta-feira)

9h - Abertura - Plano de Carreira

10h30 - O Agente de Segurança no Plano de Carreira

12h - Almoço

14h - Grupos de discussão

20h - Jantar

#### 24 de maio (sábado)

9h - Plenária Final (seguida de almoço)



# TRT transfere para servidor a decisão de mudança das Varas

Consulta foi feita depois que Comissão de Servidores apontou problemas no prédio da CEF que poderá abrigar Fórum Trabalhista

“Deveras estranha” a decisão da Administração do TRT de, na semana passada, realizar uma consulta junto aos servidores do Fórum Trabalhista e Central de Mandados da Capital para saber se desejam permanecer no atual prédio, na rua Esteves Júnior, ou se preferem mudar para o prédio da CEF na avenida Beira-mar Norte. A decisão da consulta ocorreu depois do recebimento do parecer feito pela Comissão de Servidores que visitou o prédio no dia 19 de fevereiro.

A Administração não gostou do conteúdo do relatório, elaborado por dez servidores, que aponta questões relacionadas à segurança do prédio. No dia da visita, a Comissão foi informada de que,

de acordo com o Corpo de Bombeiros, a liberação para uso dependia da concentração das salas de audiência no segundo e terceiro andares. A Comissão também verificou que as janelas laterais do prédio são pequenas e que a escadaria, com cerca de um metro de largura, não tem estrutura contra incêndio. As conclusões foram as seguintes:

-que a concentração das salas de audiência é inviável em razão da interferência significativa no fluxo de trabalho nas Varas

-que a instalação de duas Varas por andar é inviável porque afeta a circulação, a iluminação natural e causa situação de enclausuramento espacial na lateral norte do prédio

A Comissão requereu ao Tribunal que agende audiência com representantes dos Bombeiros e divulgue laudo técnico de liberação do prédio para ocupação pelo Fórum Trabalhista. O documento completo pode ser consultado na página do Sindicato.

Míriam Abreu



Prédio da Esteves Júnior já não oferece condições adequadas de trabalho

## Sindicato recebe queixas sobre concurso e cobra providências do TRT e do MPF

O SINTRAJUSC recebeu dezenas de reclamações, por correio eletrônico e telefone, de candidatos que concorreram no concurso do TRT realizado no dia 30 de abril. As queixas se referem à falta de organização e ao tipo de questão das provas, em muitos casos consideradas incompatíveis com o que estava no Edital. O responsável pelo certame foi o Instituto Cetrot. O Sindicato, depois de reunião com a Assessoria Jurídica no dia 7 de abril, decidiu enviar todas as denúncias ao MPF e à Administração do TRT para que ambos tomem providências.

Em março, o Sindicato já

havia levado ao MPF uma série de relatos sobre problemas ocorridos em outros concursos organizados pelo Cetrot. O MPF expediu ofício à Administração do TRT, recebeu os documentos solicitados e decidiu manter as provas.

A recomendação foi para que se garantisse a boa execução do contrato para evitar irregularidades, o que, parece, acabou não acontecendo. O Sindicato agiu em defesa dos princípios da moralidade administrativa, fez a denúncia, e agora espera que órgãos competentes, com legitimidade para atuar, façam a sua parte.

### CONSELHO DA GEAP

Estão abertas até o dia 11 de abril as inscrições das chapas para concorrer à representação no Conselho Consultivo do plano de saúde da Geap – triênio julho/2008 a junho/2011. Os interessados devem fazer a inscrição no Secap, na sede do TRT. O requerimento, endereçado à Comissão Eleitoral da Geap, poderá ser apresentado pessoalmente ou via malote, desde que respeitada, no último caso, a data de expedição. A eleição irá ocorrer no dia 8 de maio.

### DICAS&DICAS&DICAS&DICAS

### CULTURA

#### Mostra

A mostra *100 Histórias*, composta por 50 fotografias, irá ficar até o dia 11 de abril na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A mostra, resultado do trabalho de dois fotógrafos, o italiano Matt Corner e o espanhol Guillermo Valle, reúne imagens da Europa, África e Oriente Médio, com destaque para acontecimentos recentes na Palestina, Iraque e Líbano. As fotos revelam os temas do início do século 21 - guerras, imigração, religião, ecologia, drogas e terrorismo.

Quando: até 11 de abril

Local: ALESC

Classificação: 10 anos



Manoel de Barros costuma dizer que tem “paixão pela palavras”. E assim ficou o nome da série de tevê

que, em cinco episódios, narra a história de um dos maiores nomes da literatura brasileira. O formato documental reúne depoimentos inéditos e exclusivos do poeta em dois momentos distintos, 1992 e 2007. São histórias sobre a sua infância, juventude e carreira. Admiradores anônimos e famosos também falam sobre o autor e sua obra.

## “A minha independência tem algemas”

A série é narrada por dois apaixonados fãs de Manoel: a atriz Cássia Kiss e o jornalista José Hamilton Ribeiro se revezam na leitura das poesias. Estruturados a partir da obra do artista e costurados por depoimentos de Manoel, nos cinco programas da série poesia

e história se complementam compondo um universo vivo e ritmado. O último episódio vai ao ar no dia 15 de abril, às 23h30, no *Canal Futura*, e apresenta o processo de popularização da poesia de Manoel de Barros.

*Ando muito completo de vazios.*

*Meu órgão de morrer me predomina.*

*Estou sem eternidades.*

*Não posso mais saber quando amanheço ontem.*

*Está rengo de mim o amanhecer.*

*Ouçó o tamanho oblíquo de uma folha.*

*Atrás do ocaso fervem os insetos.*

*Enfiei o que pude dentro de um grilo o meu destino.*

*Essa coisas me mudam para cisco.*

*A minha independência tem algemas.*

*(Extraído de “O Livro das Ignorâncias”)*

# CICLOVIA

## Automóvel 10 x 0 Magrela

Apesar de ampliar os trechos para circulação de ciclistas, a prefeitura de Florianópolis não resolve a precariedade do transporte coletivo e insiste no modelo que privilegia o transporte individual. O SINTRAJUSC já solicitou que, no novo prédio do Fórum Trabalhista, haja espaço para bicicletários e chuveiros

Miriam Santini de Abreu

Uma vez por semana, às vezes mais, o servidor no TRT Carlito Andrade, de 54 anos, vence a pedaladas os 11 quilômetros entre o bairro Monte Verde, onde mora, e o local de trabalho. Parte do trajeto é pela movimentada SC-401, rodovia que dá acesso às praias no Norte da Ilha, como Ingleses e Canasvieiras. Como o trecho não tem ciclovia – mesmo os acostamentos são precários – Carlito precisa dividir a via com motoristas que nem sempre respeitam ciclistas. Até 2004, a Capital tinha míseros 18 Km de ciclovias e ciclofaixas. De lá para cá, mais 25 Km foram feitos ou estão em fase de conclusão, mas nem de longe ameaçam o reinado dos automóveis em Florianópolis.

Em uma cidade na qual o transporte coletivo é alvo cotidiano de reclamações, quem pode comprar carro. Em janeiro o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) divulgou que, em 2007, emplacou mais de 27 mil veículos na Capital, o que supera em 30% o número do ano anterior. A média mensal de emplacamentos de veículos 0km chegou a 2.265 no ano passado, contra os 1.768 de 2006. Os engarrafamentos provocados pela aposta nesse modo de transporte estimulam cada vez mais o uso da bicicleta.

Uma pesquisa de opinião pública encomendada pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e realizada em 2006 mostrou que, no bairro de Ingleses, a bicicleta é o segundo meio de transporte mais utilizado pelos moradores. A “magrela” é usada por dois terços das famílias da região e por três quartos das pessoas com rotina associadas a escolas (alunos, professores e funcionários). O uso é maior nas classes C, D e E.

O transporte coletivo é o meio mais usado no balneário (82%), mas a bicicleta aparece em segundo lugar entre os 400 entrevistados, com 65% das respostas. Quando questionados sobre os principais problemas no uso da bicicleta, 61%, a maioria, respondeu que era a falta de ciclovia/pista.

Carlito conhece bem as dificuldades enfrentadas pelos ciclistas. Ele já foi atropelado na avenida Beira-mar Norte quando treinava para competição. “É preciso dar alternativa para quem deseja usar a bicicleta, até porque temos um transporte coletivo de quinta categoria, com horários ruins, que não favorece

quem quer deixar o carro em casa.” Carlito cita outro exemplo de descaso: a falta de ciclovia nas pontes que ligam a Ilha ao Continente, onde sequer há segurança na passagem para pedestres, localizada sob as pontes.

A base para os trechos concluídos ou em conclusão de 2004 para cá é um projeto do IPUF chamado “Rotas Inteligentes”. A arquiteta Vera Lúcia Gonçalves da Silva explica que o objetivo é promover uma política que priorize o transporte coletivo, o pedestre e a ciclovia. “Os dois principais eixos em relação às ciclovias são a infra-estrutura e a parte educativa, de informação aos ciclistas”.

A realidade, porém, nem sempre se ajusta aos detalhados projetos do IPUF. Há reclamações com relação à qualidade do material usado e ao descumprimento de normas de segurança, por exemplo, na ciclovia do Campeche. O secretário municipal de Obras, Aurélio Remor, responde que os trechos construídos têm garantia de cinco anos. Ele lembra que, antes da atual administração, as ciclovias eram escassas, e que para fazê-las é preciso uma “mudança de cultura” junto à população. Em 2008, último ano da administração Dário Berger, oito obras estão em execução e duas em fase de licitação.

Para Francisco Antônio Carneiro Ferreira, professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Design Urbano, há um deslocamento entre o discurso e a prática da prefeitura de Florianópolis.

Na avaliação dele, o projeto prioriza a dimensão econômica, desconsiderando a dimensão socioambiental. E é esta dimensão que tem potencial para permitir que a Capital evolua sem perder de vista o que nela é mais atrativo. Ele explica: “O que está internalizado é o modelo do automóvel, mas é preciso trabalhar com uma mudança de valores... O que a prefeitura faz é tentar compatibilizar os dois modelos, implantando as ciclovias em espaços re-

siduais que se adaptam a esse tipo de deslocamento”.

Ele cita como exemplo a recém-inaugurada obra na rua Hercílio Luz – centro da Capital – onde o trecho para bicicletas está colado ao meio-fio, e o ciclista precisa tomar cuidado com obstáculos que comprometem a segurança. Já em Ingleses existem áreas de escape para evitar colisões, mas o paisagismo não foi levado em conta. Isso aconteceria se o modelo em que o automóvel é o rei fosse realmente confrontado. Com um paisagismo nas ciclovias que respeitasse a mudança das estações, os ciclistas teriam sombra no verão e, no inverno, sol na medida adequada. “O interesse econômico, porém, fica acima do interesse público”, avalia Ferreira.

Quem dá um bom exemplo é a cidade de Bogotá, capital da Colômbia, que em menos

de seis anos ganhou mais de 300 quilômetros de ciclovias, as chamadas *ciclorutas*. Esses trechos estão equipados com bicicletários e integrados ao transporte público com o estacionamento para bicicleta.

Dentro de casa, os Tribunais também precisam acordar para o seu papel nessa mudança de modelo. O SINTRAJUSC indicou que, na nova sede das Varas e da Distribuição do TRT na Capital, seja reservado um espaço para bicicletários e chuveiros. O diretor do Serviço de Obras e Manutenção do

TRT, Alexandre Koenig São Thiago, informa que a proposta está em estudo tanto na Capital quanto em Itajaí, onde o prédio das Varas está em obras.

Para Carlito Andrade, o ciclista do TRT, vestiário e lugar para estacionar as “magrelas” estimulariam ainda mais esse tipo de transporte. “Andar de bicicleta favorece a saúde e o meio ambiente... Temos que nos preocupar com isso e cobrar esse compromisso do próximo prefeito”, conclui. Compromisso que também deve ser dos Tribunais.

Saiba mais em [www.viaciclo.org.br](http://www.viaciclo.org.br)



Carlito vai de “magrela” para o TRT